



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

**ANALISTA DO TESOURO ESTADUAL -
ADMINISTRAÇÃO**
CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
_____ Assinatura

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CÓPIA • CÓPIA • CÓPIA

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças

Benefícios sociais e contribuições baseadas no piso salarial acompanham reajuste.

Da CNN Brasil 01/01/26 às 15:32 | Atualizado 01/01/26 às 19:41

O novo salário mínimo para 2026, no valor de R\$ 1.621, passa a vigorar nesta quinta-feira (1º). O valor representa um reajuste de R\$ 103 ou 6,79%, em relação aos R\$ 1.518 de 2025.

Com isso, os trabalhadores passam a receber o novo salário a partir do pagamento de fevereiro. O valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04, com o mínimo da hora trabalhada em R\$ 7,37.

[...]

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/novo-salario-minimo-de-r-1-621-entra-em-vigor-hoje-entenda-mudancas/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

01 Sobre as palavras que compõem a construção “salário mínimo”, no que se refere à acentuação gráfica, é correto afirmar que recebem acento

- (A) circunflexo, ambas seguindo a mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) grave, seguindo diferentes regras de acentuação gráfica.
- (C) grave, ambas acentuadas pelo fato de serem oxítonas terminadas em “o”.
- (D) agudo, a primeira acentuada por ser oxítona terminada em “o” e a segunda por ter “i” tônico em hiato.
- (E) agudo, a primeira acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo oral e a segunda por ser proparoxítona.

02 A partir das informações apresentadas no trecho da notícia acerca do novo salário mínimo, é correto afirmar que

- (A) o salário mínimo em 2025 foi cento e três reais mais baixo do que o novo salário mínimo de 2026.
- (B) o reajuste no salário mínimo impactará decisivamente na vida dos trabalhadores brasileiros, permitindo uma distribuição de renda justa e equânime.
- (C) o valor referente ao reajuste no salário mínimo não será recebido pelos trabalhadores brasileiros em janeiro, pois só entrará em vigor em fevereiro de 2026.
- (D) com a adição de R\$ 54,04 no salário mínimo de 2026, haverá um reajuste de 6,79%, em relação ao valor do salário mínimo em 2025.
- (E) o brasileiro precisará trabalhar 28 dias por mês para receber o total de R\$ 1.621, já que, em 2026, o valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04.

03 Em “Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças”, o uso de ponto e vírgula justifica-se por

- (A) separar um termo de valor explicativo, representando uma pequena pausa em uma frase declarativa.
- (B) delimitar orações coordenadas relacionadas, mas que poderiam ocorrer em separado.
- (C) sinalizar o final de uma frase declarativa.
- (D) introduzir uma citação ou uma fala reportada na frase, conferindo-lhe um tom conativo ou apelativo.
- (E) indicar uma interrupção, omissão ou hesitação no fluxo informacional da frase.

04 Observa-se um caso de pronome oblíquo átono corretamente empregado em

- (A) Não siga-me, pois desejo ficar só.
- (B) Minha mãe doará-me seus dois cachorros.
- (C) Darei-lhe uma boa lição, se ele não pedir desculpas.
- (D) Me diga se preferir que eu saia, pois não quero ser inconveniente.
- (E) Sempre me pergunto se realmente fizemos a coisa certa.

- 05 A alternativa em que o verbo ocorre na voz reflexiva é
- (A) Perdeu-se a chave do local.
 - (B) Precisa-se de sangue do tipo A+ com urgência.
 - (C) Arrumou-se e foi visitar o melhor amigo.
 - (D) Cogitou-se reformar o escritório.
 - (E) Arruinaram-se nossas expectativas de viajar esse mês.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-o-dinheiro-publico-e-investido-mapa-mental/269406352>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

- 06 No trecho “Determina que os governantes tenham responsabilidade de não gastar mais do que arrecada em impostos”, observa-se
- (A) uma construção corretamente redigida, sem problemas de concordância, regência ou ortografia.
 - (B) um problema relativo à concordância verbal, em que um dos verbos da construção está erroneamente no singular.
 - (C) uma construção corretamente redigida, mas que inclui um caso de regência verbal em que é facultado o uso de preposição.
 - (D) um problema ligado à colocação de pronome do caso reto no primeiro verbo da construção.
 - (E) um emprego inadequado de pontuação, tendo em vista que as três orações que compõem a construção estão incorretamente pontuadas.
- 07 No trecho “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, observa-se a presença de
- (A) um pronome demonstrativo e um pronome adjetivo, respectivamente.
 - (B) um pronome possessivo e um pronome indefinido, respectivamente.
 - (C) dois pronomes indefinidos.
 - (D) dois pronomes relativos.
 - (E) um pronome substantivo e um pronome relativo, respectivamente.

08 Sobre o fragmento “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. Há omissão de uma preposição necessária à regência do verbo “precisar”.
- II. Há um problema de concordância nominal no referido fragmento.
- III. É necessário acrescentar vírgula após o adjunto adverbial observado na frase.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

09 A alternativa em que consta a sentença em que há apenas palavras corretamente grafadas é

- (A) Estamos corretos em reinvidicar esse reajuste, no apice de grandes transformações econômicas.
- (B) Ser bem-vindo aqui não é exceção: é a regra de nosso estabelecimento.
- (C) A ascensão de um líder inadequado pode colapsar todo um trabalho já realizado.
- (D) A alíquota do novo imposto para o micro-empendedor dependerá do subcídio dado.
- (E) A paralização foi recebida com chingamentos de pessoas mal-intencionadas.

10 Na frase “Referi-me àquela pessoa de modo respeitoso”, o emprego de crase justifica-se pelo fato de

- (A) o verbo ser transitivo direto, exigindo, portanto, uma preposição, que se funde a um substantivo feminino.
- (B) o verbo ser intransitivo, em que há fusão de uma preposição feminina a um artigo feminino singular.
- (C) a palavra “àquela” ser proparoxítone e, como tal, precisa receber acento gráfico.
- (D) ocorrer em pronome demonstrativo feminino, em que há fusão de uma preposição exigida pelo verbo.
- (E) ocorrer na palavra “àquela”, que está no feminino e que se une à conjunção feminina singular “a”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dinheiro-do-futuro/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

11 Sobre a charge “DINHEIRO DO FUTURO”, é correto afirmar que

- (A) mostra uma cena cotidiana, uma conversa entre pai e filho, em que se observa uma mensagem formal, objetiva e direta, sendo o humor um elemento acessório à compreensão do texto.
- (B) o objetivo do texto é alertar a população, por meio de campanha publicitária humorística, para a baixa circulação de dinheiro físico no mercado financeiro brasileiro, uma vez que temos usado cada vez mais cartões virtuais e pix.
- (C) o texto busca criticar, de maneira leve e dotada de humor, o comportamento de alguns pais, por não se organizarem financeiramente e não educarem seus filhos, em se tratando do uso racional do dinheiro.
- (D) o texto busca gerar um efeito humorístico, a partir da reação inesperada do personagem pai, em resposta à fala do personagem filho.
- (E) o produtor do texto direciona o público leitor a fazer uma reflexão acerca de famílias que não têm acesso à tecnologia e, por isso, ficam à margem da sociedade, por não terem acesso a bancos virtuais, sofrendo com a baixa circulação de dinheiro físico.

12 Em “Pai, sabia que no futuro não haverá dinheiro físico?”, sobre os dois verbos da construção, é correto afirmar que

- (A) o primeiro concorda com o substantivo “pai” e o segundo concorda com o substantivo “futuro”.
- (B) ambos concordam com o sujeito “dinheiro físico”.
- (C) o primeiro concorda com o sujeito elíptico “você” e o segundo é impessoal.
- (D) ambos concordam com o sujeito “pai”.
- (E) o primeiro concorda com o sujeito “pai” e o segundo concorda com o sujeito “dinheiro físico”.

13 Sobre o trecho “[...] aqui em casa o futuro já chegou”, é correto afirmar que

- (A) o sujeito “futuro” está na primeira pessoa do singular, concordando com o verbo “chegou”.
- (B) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com “em”, enquanto que o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com “o”.
- (C) tanto o sujeito “casa” quanto o verbo “chegou” estão na segunda pessoa do singular.
- (D) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com o verbo “chegou”, que está na segunda pessoa do singular.
- (E) o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com o artigo “o”, enquanto que o verbo “chegou” está na terceira pessoa do singular, concordando com o sujeito “futuro”.

14 Na frase “Eu preferiria peixe frito no almoço. Seria possível trocar o pedido?”, o verbo sublinhado encontra-se no

- (A) presente do modo subjuntivo.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) imperativo afirmativo.

15 A alternativa em que consta frase com correto emprego de regência nominal é

- (A) Aquele seu outro uniforme é preferível do que esse.
- (B) Sempre tive certeza que ele não mediria esforços para estar presente.
- (C) Fiquei indiferente aos inúmeros telefonemas daquela pessoa indesejada.
- (D) Minha irmã mais nova tem horror de cobras e sapos.
- (E) A cerimônia de outorga de grau do meu amigo foi paralelo o aniversário do meu tio.

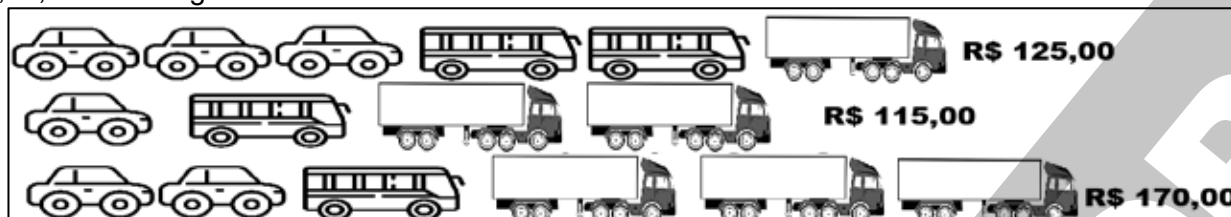
D2 – MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 Em um centro de reprodução de documentos, havia 4 (quatro) máquinas idênticas que reproduziam 40.000 cópias em 5 horas. Houve a troca dos equipamentos para 3 (três) máquinas idênticas, com velocidade 50% superior em relação à dos equipamentos anteriores. Conservando as demais condições de impressão e as proporcionalidades entre as grandezas envolvidas, o tempo necessário para reproduzir 90.000 cópias com as novas máquinas será de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 8 horas.
- (D) 9 horas.
- (E) 10 horas.

RASCUNHO

17 Em uma estação de pedágio, em três momentos distintos, passaram automóveis de passeio (fim da fila), ônibus (interior da fila) e caminhões (frente da fila), pagando, respectivamente, R\$125,00, R\$115,00 e R\$170,00, como na figura abaixo:



Pode-se afirmar que o valor do pedágio pago por um

- (A) ônibus é o dobro do valor pago por um automóvel de passeio.
- (B) ônibus é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (C) caminhão é o dobro do valor pago por um ônibus.
- (D) caminhão é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (E) caminhão corresponde ao valor pago por um automóvel de passeio e por mais um ônibus.

18 Em uma seleção, as vagas das posições 5^a, 21^a, 41^a, 61^a, 81^a, ... e assim sucessivamente, de 20 em 20, foram ocupadas por pessoas com deficiência (PcD), enquanto as vagas das posições 3^a, 8^a, 13^a, 18^a, 23^a, 28^a, ... e assim por diante, foram ocupadas por pessoas pretas ou pardas (PPP), não havendo PcD ou PPP ocupando outras vagas distintas das estabelecidas para as suas respectivas cotas. Ao sortear-se aleatoriamente uma posição entre as 300 vagas ocupadas na seleção, a probabilidade de ela não ter sido preenchida por PcD nem por PPP é igual a

- (A) 80%.
- (B) 75%.
- (C) 70%.
- (D) 65%.
- (E) 60%.

19 Em 1937, o matemático alemão Lothar Collatz propôs uma conjectura que, resumidamente, nos diz: quando um número natural n , pertencente ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots\}$, é sucessivamente dividido por 2 (se n for par) ou triplicado e somado com 1 (se n for ímpar), a sequência numérica invariavelmente terminará em 4, 2, 1. Sejam C_k os conjuntos com as sequências obtidas pela aplicação da conjectura de Collatz, a partir dos números k pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$. Por exemplo, o conjunto C_5 será $\{5, 16, 8, 4, 2, 1\}$.

A partir dessas premissas, considere as seguintes afirmativas:

- I. O conjunto C_3 tem 8 elementos;
- II. O conjunto C_{12} tem o dobro da quantidade de elementos do conjunto C_6 ;
- III. Para quaisquer x e y pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$, com $x > y$, o conjunto C_x terá mais elementos do que o conjunto C_y .

Pode-se afirmar que

- (A) somente a afirmativa I é verdadeira.
- (B) todas as afirmativas são falsas.
- (C) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) somente a afirmativa II é falsa.

RASCUNHO

20 Alda, Beatriz e Carla são servidoras públicas estaduais. Elas são lotadas na SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda), na SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) ou na SEPLAD (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração), nasceram em Altamira, Itaituba ou Marabá e possuem 5, 10 ou 15 anos de serviço público, não necessariamente nessas ordens.

- Alda nasceu em Altamira, não trabalha na SEFA e não tem 15 anos de serviço público;
- A que trabalha na SEFA é a que tem somente 5 anos de serviço público, mas não nasceu em Marabá;
- Beatriz, que não nasceu em Itaituba, não trabalha na SEDUC.

Pode-se afirmar que

- (A) Beatriz não trabalha na SEPLAD.
- (B) Carla trabalha na SEDUC.
- (C) Alda não é a que tem somente 10 anos de serviço público.
- (D) a que nasceu em Marabá tem 15 anos de serviço público.
- (E) a que nasceu em Itaituba não é a que tem apenas 5 anos de serviço público.

D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

21 Originado no contexto do Estado Liberal, o modelo burocrático de administração pública surgiu em resposta às pressões sociais pela ampliação e racionalização dos serviços públicos, para atender às demandas de grandes corporações industriais e reestruturar o Estado rumo a um projeto de desenvolvimento. Fundamentando-se no tipo ideal de burocracia formulado por Max Weber (1864-1920), considere os itens abaixo.

- I. Profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade, formalismo e racionalidade da gestão.
- II. Controle administrativo exercido *a priori*, como forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- III. Legitimidade dos governos baseados na tradição, fundamentada na dominação racional-legal.
- IV. Organização caracterizada pela previsibilidade e pela especialização funcional.

Os itens que representam o ideal weberiano são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

22 A necessidade de modernização do aparato estatal, combinada com a crescente demanda da sociedade por melhores serviços públicos, levou à organização da Administração Pública brasileira em Administração Direta e Indireta. Considerando as reformas administrativas que ocorreram ao longo da história do Brasil, a reforma que estabeleceu formalmente a distinção entre Administração Direta e Indireta é chamada, por convenção, como Reforma de:

- (A) 1889.
- (B) 1930.
- (C) 1967.
- (D) 1995.
- (E) 2002.

23 Conforme Matias Pereira (2010), o modelo de administração pública que entende a sociedade como uma agregação de escolhas pessoais e o estado como organizador de uma arena competitiva e fiscalizador de serviços públicos, orientado para a busca pela eficiência e pela ênfase na qualidade percebida pelos usuários dos serviços públicos, fundamenta a concepção de administração pública baseada no(a):

- (A) Patrimonialismo.
- (B) Burocracia.
- (C) Gerencialismo.
- (D) Coletivismo.
- (E) Individualismo.

24 Entendida como a obrigação de prestar contas, *accountability* expressa a capacidade da Administração Pública de responsabilizar e punir seus integrantes que, pelos processos, decisões ou comportamentos, se revelem em desacordo com os padrões esperados de *compliance*. Considerando a contemporaneidade da temática, um aspecto central da *accountability* é a capacidade de fazer cumprir as regras, normas e decisões que representam as melhores práticas de gestão. Considere as seguintes afirmativas abaixo, a respeito de tipos e características das formas de *accountability*:

- I. *Accountability* Horizontal, caracterizada como ação entre iguais, por meio da fiscalização mútua entre os três poderes, baseada no sistema de pesos e contrapesos, é realizada pelos órgãos governamentais legalmente constituídos.
- II. *Accountability* Vertical, caracterizada como ação entre desiguais, por meio do controle político, baseado no sistema eleitoral, ocorre por meio de plebiscito, referendo ou voto e é realizada pelos cidadãos.
- III. *Accountability* Societal, caracterizada como ação entre desiguais, por meio da fiscalização de entidades da sociedade civil organizada, baseada no sistema legal vigente, é realizada por conselhos, audiências públicas e outros mecanismos formais que integram o sistema estatal de controle.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
(B) I e II.
(C) II, apenas.
(D) II e III.
(E) III apenas.

25 Conforme o Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é proibido ao servidor:

- I. Permitir atividade mercantil na repartição, dela participar ou dela transigir.
- II. Recusar fé a documentos públicos.
- III. Informar às demais instituições fazendárias ou não a ocorrência de infração à legislação vigente, especialmente contra a economia popular, no âmbito de suas respectivas especialidades e atribuições.
- IV. Fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a Administração Fazendária.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
(B) I, III e IV, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.
(E) I, II e IV, apenas.

D4 – DIREITO ADMINISTRATIVO

26 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Princípios jurídicos de direito administrativo são conceitos lógico-jurídicos, revestidos de caráter genérico, universal e abstrato, internacionalmente válidos para regular a relação entre a Administração e o Cidadão.
- II. A impessoalidade administrativa é princípio cujo teor normativo se dirige tanto à figura do agente público que representa a Administração – de modo que os atos praticados são imputados não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual o funcionário age – como à figura do administrado – que não pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou privilégio, senão nos limites da lei.
- III. O princípio da legalidade aplicado no direito administrativo sugere que a administração só pode realizar atos ou tomar medidas que a lei expressamente ordena, não se podendo falar em adoção de critérios de conveniência e oportunidade, ou de discricionariedade administrativa, no direito administrativo moderno.
- IV. O princípio de publicidade implica a prerrogativa do cidadão de receber dos órgãos e entes públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) I e IV.

27 Considere as seguintes afirmativas:

- I. A competência para o exercício do poder de polícia é atribuída à pessoa federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) a quem o ordenamento constitucional atribuiu competência para legislar e/ou atuar sobre determinada matéria, de maneira exclusiva, privativa, comum e/ou concorrente.
- II. O exercício do poder de polícia administrativa não prescinde dos atributos da autoexecutoriedade e da exigibilidade dos atos administrativos respectivos, dispensando a via judicial para cobrança de obrigações pecuniárias eventualmente impostas administrativamente, inclusive.
- III. O chamado “poder disciplinar” é subespécie do poder de polícia, em que a Administração Pública atua para responsabilizar cidadãos por atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas prerrogativas.
- IV. O poder normativo da Administração Pública implica a edição de normas jurídicas gerais e abstratas e, em regra, não autoriza a promulgação dos chamados “regulamentos autônomos”.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

28 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os requisitos de validade do ato administrativo são: (a) agente competente; (b) objeto lícito, moral e possível; (c) motivo lícito, moral e real; (d) respeito às formalidades legalmente exigidas; e (e) finalidade que atenda ao interesse público.
- II. A autotutela administrativa implica que ao Estado é facultado o reconhecimento da nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos.
- III. A teoria do ato administrativo também se sujeita à teoria geral do fato jurídico, a qual divide os planos do fato jurídico em plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.
- IV. Ato administrativo complexo se diferencia do ato administrativo composto, pois neste há a manifestação de mais de uma vontade administrativa autônoma, ao passo que, no primeiro, tem-se a prática de dois atos causal e teleologicamente vinculados, em que um é mera condição de eficácia e/ou validade do outro.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29 Considere o seguinte caso concreto:

Luis é servidor público estadual, regido pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Após o fim de seu estágio probatório, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Luis, tendo-lhe sido imputada a prática de ato tipificado como improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos. Após o indiciamento e ante a instauração do procedimento administrativo disciplinar pela autoridade competente, Luis pediu exoneração do cargo que ocupava, o que lhe foi autorizado pela Administração Pública.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a exoneração a pedido é regular e admitida pelo Regime Jurídico Único paraense em casos semelhantes, admitindo-se ainda a conversão da exoneração a pedido em demissão.
- (B) com a exoneração a pedido, o processo administrativo disciplinar deve ser logicamente extinto e eventuais valores devidos por Luis à Administração Pública somente podem ser cobrados judicialmente.
- (C) a exoneração a pedido é, todavia, vedada em casos semelhantes pelo Regime Jurídico Único paraense, salvo se comprovada a sua inocência ao final do processo.
- (D) o processo administrativo disciplinar deve ser conduzido até o final, independentemente da exoneração a pedido, uma vez que o acusado possui direito subjetivo de provar a sua inocência.
- (E) o processo administrativo disciplinar deve ser suspenso pelo prazo de 180 dias, aguardando-se os resultados de eventuais processos judiciais em curso nos âmbitos civil e criminal, de modo a evitar decisões contraditórias.

30 Considere o seguinte caso concreto:

Yasmin, servidora pública da Secretaria de Estado da Fazenda, foi acusada de praticar o crime previsto no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”), tendo supostamente influenciado em favor de grande contribuinte, no curso de procedimento administrativo tributário que teria sido extinto indevidamente, ocasionando prejuízos substanciais ao erário.

No processo criminal, Yasmin foi condenada em primeira instância à pena de reclusão de 1 ano e 7 meses, mais 40 dias-multa. Após interposição do recurso cabível, a condenação foi revertida no Tribunal de Justiça, uma vez que não se comprovou o dolo de Yasmin.

No âmbito administrativo disciplinar, após a condenação criminal em primeira instância, foi instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta atribuída à servidora, o qual não chegou ao final até o presente momento.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a absolvição na esfera criminal é indevida, uma vez que o tipo penal admite o crime culposos.
- (B) a absolvição na esfera criminal somente influi na esfera administrativa quando a autoridade judicante ou a autoridade policial decide no sentido da inexistência do fato ou negativa de autoria.
- (C) a absolvição na esfera criminal pela ausência de dolo não tem como consequência a extinção do processo administrativo disciplinar quando for possível aplicar pena disciplinar por fatos culposos em sentido estrito.
- (D) as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si, exceto quando a lei formal expressamente determinar de modo diverso.
- (E) a absolvição na esfera criminal diante da ausência de dolo corresponde a decisão que reconhece inexistência do fato ou negativa de autoria, pelo que o dogma da independência entre esferas de responsabilização deve ceder, com a extinção do procedimento administrativo disciplinar pendente de conclusão.

D5 – NOÇÕES DE TI

31 Um técnico foi chamado para solucionar um problema em uma estação de trabalho. Ao executar o comando *ipconfig* no Prompt de Comando do *Windows*, o técnico obtém como resposta um endereço IPv4 válido (10.0.0.45), uma máscara de sub-rede correta (255.255.255.0) e o campo gateway padrão em branco. Considerando essas informações e que a rede utiliza o protocolo DHCP para distribuição de endereços, é correto afirmar que

- (A) a placa de rede está desativada.
- (B) a estação de trabalho não consegue se comunicar com a Internet.
- (C) o servidor DNS está fora do ar.
- (D) o cabo de rede está desconectado.
- (E) o comando *ipconfig* não tem permissão do administrador para exibir o gateway.

32 Em relação à computação em nuvem, considere as afirmativas a seguir.

I. No modelo SaaS, o provedor é responsável por manter a infraestrutura de nuvem.

II. A plataforma PaaS oferece um ambiente para desenvolvimento, gerenciamento e execução de aplicações.

III. A prática IaC permite que os recursos de infraestrutura sejam definidos e gerenciados por meio de código, ao invés de configurações manuais.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

33 Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C
1	Ivan	Paulo	
2	Felipe	Felipe	
3	Mauro	Pedro	
4	Pedro	Rubens	

Se a fórmula =PROCV(A4;B:B;1;FALSO) for inserida na célula C1, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) Paulo
- (B) Felipe
- (C) Pedro
- (D) Rubens
- (E) #N/D

34 Com referência a conceitos de segurança da informação, é correto afirmar que o software *Microsoft Defender*

- (A) é um programa de segurança nativo do sistema operacional *Windows 11*, que oferece proteção contra *spywares*, mas não contra *malwares*.
- (B) não possui recursos de *firewall* embutidos.
- (C) é uma ferramenta de segurança que possui recursos para proteger contra ameaças externas, como *malwares*, e controlar o tráfego de rede.
- (D) é um aplicativo web, portanto, não nativo do sistema operacional *Windows 11*, que permite criptografar todo o disco rígido ou unidades de armazenamento específicas.
- (E) é uma suíte de segurança que protege contra várias ameaças cibernéticas, incluindo as do tipo *ransomware*, cujo objetivo é esgotar os recursos de um servidor ou rede para torná-los indisponíveis aos usuários.

35 Sobre conceitos acerca de programas de navegação, é correto afirmar que

- (A) o Google Chrome, no seu modo de navegação anônima, não salva os arquivos de *download* criados pelo usuário.
- (B) o Mozilla Firefox é baseado no Chromium, um projeto de navegador de código aberto focado em ser rápido, seguro e estável.
- (C) o motor de renderização do Google Chrome é o Gecko, um projeto de código aberto do Google que interpreta HTML, CSS e JavaScript, para exibir páginas web.
- (D) se o usuário clicar com o botão do meio do *mouse* (geralmente, o botão de rolagem) sobre uma aba no Mozilla Firefox, essa aba será fechada.
- (E) o Google Chrome e o Mozilla Firefox não são compatíveis com serviços de VPN (Rede Privada Virtual).

D6 – DIREITO CONSTITUCIONAL

36 Em relação à Administração Pública brasileira, a recente Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37 da Constituição Federal, previu relevante mudança no regime da acumulação remunerada de cargos por servidor público e estabeleceu que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até dois cargos ou empregos técnicos.
- (C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até três cargos na área da saúde.
- (D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, é facultada a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (E) haverá a possibilidade de acumulação remunerada de até dois cargos públicos, desde que vinculados a entes federativos distintos, com compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional.

37 Considerando as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- I. O direito tributário é disciplina regida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que leis complementares fixarão normas para cooperação entre esses entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. O direito tributário é disciplina regida como competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, nesse caso, a competência da União será estabelecer normas gerais sobre o tema, não excluindo a competência suplementar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. No âmbito da competência concorrente, aos Estados é permitido legislar sobre a parte geral de direito tributário, se a União não exercer essa competência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

38 Sobre o problema dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, considera-se o seguinte:

- (A) os tratados internacionais de direitos humanos firmados e incorporados pelo Brasil, anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004, possuem hierarquia de norma supralegal.
- (B) podem ter hierarquia supralegal, basicamente em uma hipótese, ou ainda o mesmo nível de emenda à Constituição, basicamente em duas hipóteses.
- (C) o § 3º do art. 5º da Constituição Federal impede que tratados internacionais de direitos humanos aprovados com menos de 3/5 de deputados e senadores, em turno e retorno, tenham eficácia jurídica, dada a ampliação desmesurada do bloco de constitucionalidade.
- (D) caso um tratado internacional seja firmado pelo Presidente da República e pelo presidente ou líder do outro País, é possível extrair-lhe efeitos jurídicos a partir desse ato, haja vista a previsão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal.
- (E) embora haja a previsão explícita, na Constituição Federal, do procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, ainda não houve aprovação de tratado dessa natureza com nível de emenda à Constituição, o que dependerá de atos políticos complexos, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e do(s) Estado(s) estrangeiro(s).

39 Em relação ao princípio da proporcionalidade no estudo dos direitos fundamentais, concebe-se, como seu aspecto relevante:

- (A) a concepção de que este princípio tem sua aplicação indicada para as relações que envolvam direitos fundamentais de defesa de particular perante o Estado e, portanto, não deve ser utilizado para casos de litígios entre particulares, relação na qual não ocorre a imperatividade estatal.
- (B) que o subprincípio da necessidade se configura atendido em um caso concreto quando uma norma jurídica assegura um direito fundamental, independentemente de considerar outro direito fundamental, este menos importante.
- (C) que as expressões “adequação”, “necessidade” e “proporcionalidade em sentido estrito” indicam subprincípios utilizados na aplicação do princípio.
- (D) o dever de ser trabalhado pelo(a) intérprete em situações de alegado excesso por parte do Estado contra os direitos do cidadão; porém, nos casos de proteção insuficiente, é inviável a aplicação do princípio, pois não há possibilidade de exercer adequadamente o juízo de ponderação.
- (E) a possibilidade de o princípio resolver problemas de colisão entre direitos fundamentais, por meio da decisão de validade de um direito e da não validade do outro.

40 Em relação à intervenção federal, de acordo com a Constituição, pode-se afirmar que:

(A) Para garantir o livre exercício do Poder Legislativo dos Estados, o Presidente da República poderá decretar a intervenção de maneira espontânea.

(B) Quanto ao procedimento, a intervenção federal decretada a partir de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, por julgar violados princípios constitucionais por parte de autoridade do Estado, terá validade se for aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional e decretada pelo Presidente da República.

(C) A intervenção por requisição não é vinculante para o Presidente da República.

(D) É admitido à União intervir em municípios, desde que sejam capitais de estados, sempre que houver violação de direitos fundamentais.

(E) As intervenções federais espontâneas, decretadas por decisão do Presidente da República, sofrem controle político, podendo, portanto, ser rejeitadas pelo poder de controle.

D7 – DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL

41 A eficácia das leis tributárias que estabelecem ou aumentam tributos, com base nos princípios constitucionais da anterioridade comum e nonagesimal, prevê o seguinte:

(A) O Imposto de Renda, embora constitucionalmente dispensado de observar a regra da noventena, é sujeito à anterioridade de exercício, no que diz respeito à revogação de uma isenção não onerosa, conforme tese adotada no julgamento do Tema 1.383 do Supremo Tribunal Federal, que superou sua antiga Súmula 615.

(B) A ampliação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à medida que se relaciona a um elemento quantitativo essencial da regra matriz de incidência tributária, implica a observância cumulativa da anterioridade comum e da nonagesimal, a menos que a alteração corresponda apenas a uma atualização monetária por índice oficial, conforme a Súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça.

(C) As contribuições para a seguridade social permitem que a lei ou medida provisória que as estabelece tenha eficácia dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da data de publicação, de acordo com o entendimento da Súmula 669 do STF, por se submeterem à anterioridade mitigada.

(D) A norma legal que promove a redução do prazo para o pagamento da obrigação tributária principal está sujeita à regra da noventena, pois é o fenômeno da "surpresa tributária", que, neste caso, mitiga a aplicação da Súmula Vinculante 50, em respeito ao princípio da segurança jurídica.

(E) Devido à sua natureza marcadamente extrafiscal e função regulatória, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção constitucional a ambas as modalidades de anterioridade, permitindo que o ato do Poder Executivo que eleva suas alíquotas tenha efeito pleno e imediato após a publicação.

42 À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, no caso de um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, o fato gerador da obrigação tributária ocorre

(A) no momento da celebração do negócio jurídico, desde que os elementos materiais da hipótese de incidência estejam presentes, sendo irrelevante, para fins tributários, a eficácia civil do ato, conforme a interpretação objetiva do fato gerador consagrada no art. 118 do CTN.

(B) com o implemento da condição, momento em que a situação jurídica se torna definitivamente constituída, de acordo com o que dispõem os artigos 116, inciso II, e 117, inciso I, do CTN.

(C) quando o auto de infração é lavrado pela autoridade administrativa, pois, a identificação de dolo, fraude ou simulação abre a possibilidade de ignorar a condição suspensiva, com base na jurisprudência do STF sobre a repressão de práticas evasivas e elusivas abusivas.

(D) quando os efeitos econômicos do negócio jurídico são verificados no mundo fático, mesmo que a condição suspensiva não seja implementada, de acordo com a Súmula do STJ, dispondo que a materialidade econômica do fato prevalece sobre a forma jurídica adotada pelas partes.

(E) na data em que o contrato é registrado no cartório competente, visto que o registro é condição de validade intrínseca do negócio jurídico tributável, operando efeitos retroativos à data da assinatura do instrumento particular para fins de contagem da prescrição.

43 Acerca da competência tributária, considerando o modelo federativo adotado pela Constituição da República, as disposições do Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, estabelece-se que

(A) a competência tributária é a parcela de poder político-jurídico para a instituição de tributos e a delimitação de seus contornos impositivos, conferida a determinado ente político, nos termos da lei complementar específica, sendo permitida a sua delegação a pessoas jurídicas de direito público somente para fins de fiscalização e arrecadação.

(B) a prestação de ações e serviços de saúde por empresas de economia mista corresponde a uma atuação própria do poder estatal, razão pela qual a imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal se aplica a tais entidades, independentemente da existência de acionistas privados com fins lucrativos, uma vez que a essencialidade do serviço público supera a natureza jurídica da entidade.

(C) a União é competente para cobrar impostos municipais em Territórios Federais, desde que estes não sejam divididos em Municípios, sendo também responsável pela instituição dos impostos de competência estadual nesses territórios.

(D) a imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar e funciona como uma causa de exclusão da competência tributária atribuída ao ente federativo, desde que esteja prevista na lei complementar que institui o tributo.

(E) o não exercício da competência tributária pelo ente federativo, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, permite a atuação supletiva da União, quando necessário, para o cumprimento dos requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal e na arrecadação efetiva de tributos.

44 Considere as seguintes assertivas:

I. A imunidade recíproca não alcança o pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação por parte de entidades públicas, quando são oneradas por efeito da repercussão tributária.

II. A União publica, em 20.09.2025, Medida Provisória que aumenta a alíquota de IPI sobre eletrodomésticos, a qual é convertida em lei em 20.01.2026. À luz do princípio da anterioridade anual aplicável a este imposto, o referido aumento somente poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte.

III. A reserva de lei complementar para a instituição de impostos pela União restringe-se aos impostos residuais previstos no art. 154, inciso I, da Constituição Federal, não se aplicando a outros impostos expressamente discriminados no texto constitucional.

IV. Encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos não estão abrangidos pela imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

45 Considere as seguintes assertivas:

I. O contribuinte pode escolher o seu domicílio tributário nos termos da lei. Porém, o domicílio pode ser estabelecido de ofício pela autoridade administrativa, quando o escolhido pelo contribuinte torna difícil a fiscalização, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 127 do Código Tributário Nacional.

II. A sujeição passiva indireta, na forma de responsabilidade tributária, requer previsão legal específica e não deve ser confundida com a figura do contribuinte; pode alcançar um terceiro que não tenha relação direta com a materialidade do fato gerador, desde que haja vínculo jurídico definido em lei.

III. O aumento da alíquota do tributo por ato do Poder Executivo, em casos excepcionalmente previstos na Constituição, pode ter efeitos imediatos, mesmo em relação a fatos geradores já ocorridos no mesmo exercício financeiro, desde que seja respeitado o limite legal previamente estabelecido.

IV. O lançamento regularmente notificado constitui o crédito tributário e torna o tributo exigível, permitindo a revisão de ofício apenas nos casos específicos do Art. 149 do Código Tributário Nacional, sendo proibida a modificação retroativa dos critérios legais adotados, mesmo dentro do prazo de prescrição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

46 A Cia Abaetetuba S.A elaborou suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adotando integralmente os conceitos definidos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. A gestão da Cia Abaetetuba S.A, ao realizar a análise de determinados eventos e posições patrimoniais, teve dúvidas quanto à correta classificação de alguns itens entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, especialmente em razão da existência de incertezas, das condições contratuais e da distinção entre forma jurídica e essência econômica. Para esclarecer essas dúvidas, a gestão deverá levar em consideração que

(A) recursos recebidos pela Cia Abaetetuba S.A, ainda que sujeitos à obrigação presente de devolução, caso determinadas condições não sejam cumpridas, devem ser reconhecidos como Patrimônio Líquido por não configurarem exigibilidade certa.

(B) a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação impede o reconhecimento de um passivo da Cia Abaetetuba S.A, devendo tais obrigações ser classificadas, enquanto persistir a incerteza, como Patrimônio Líquido.

(C) um recurso controlado pela Cia Abaetetuba S.A deve ser reconhecido como Ativo sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ainda que inexista direito presente decorrente de evento passado.

(D) um item integra o Patrimônio Líquido quando representa direito residual sobre os ativos da Cia Abaetetuba S.A, após a dedução de todos os seus passivos, independentemente da forma jurídica do instrumento que lhe deu origem.

(E) uma obrigação somente pode ser classificada como Passivo quando houver exigibilidade legal imediata e mensurável, sendo insuficiente a existência de obrigação presente decorrente de práticas usuais da Cia Abaetetuba S.A.

47 A Cia Salva Terra S.A, do setor industrial, adquiriu, em 02/01/2024, um equipamento complexo composto por diferentes partes relevantes, com padrões distintos de consumo de benefícios econômicos. O equipamento foi reconhecido inicialmente como Ativo Imobilizado, pelo seu custo total. Em 02/01/2025, uma das partes relevantes do equipamento foi substituída integralmente, sendo essa parte responsável por parcela significativa do custo originalmente reconhecido. A substituição aumentou a eficiência operacional do equipamento, mas não alterou sua capacidade produtiva total.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto ao tratamento contábil aplicável à substituição ocorrida em 02/01/2025, o contador da Cia Salva Terra S.A deverá observar que

(A) o custo da parte substituída deve ser integralmente reconhecido como despesa no resultado do exercício, enquanto o custo da nova parte deve ser capitalizado apenas se houver aumento da capacidade produtiva do equipamento.

(B) o custo da nova parte deve ser capitalizado como Ativo Imobilizado, e o valor contábil da parte substituída deve ser baixado do Ativo, ainda que esse valor não esteja individualmente identificado na contabilidade.

(C) o custo da substituição deve ser capitalizado como manutenção corretiva, permanecendo o valor contábil da parte substituída registrado no Ativo até o fim da vida útil do equipamento.

(D) o custo da nova parte deve ser reconhecido como despesa do período, pois não houve aumento da vida útil econômica nem da capacidade produtiva total do equipamento.

(E) o custo da nova parte somente poderá ser capitalizado caso a entidade adote o modelo de reavaliação, para mensuração subsequente do Ativo Imobilizado.

RASCUNHO

48 A Comercial Portel Ltda, durante o mês de junho de 2025, incorreu nos seguintes fatos que afetaram seu caixa e equivalente de caixa:

1. Aquisição, à vista, de móveis destinados ao uso em sua loja.
2. Recebimento de valores provenientes de clientes, relativos às vendas de mercadorias.
3. Integralização de capital em dinheiro, realizada pelos proprietários da entidade.
4. Concessão, à vista, de empréstimo a outra entidade, com vencimento superior a doze meses.
5. Pagamento de principal de empréstimo bancário anteriormente contratado.

Considerando as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, a Comercial Portel Ltda deveria classificar, respectivamente, esses fatos em:

- (A) investimento, operacional, financiamento, investimento e financiamento.
(B) investimento, operacional, financiamento, financiamento e operacional.
(C) operacional, investimento, financiamento, investimento e financiamento.
(D) financiamento, operacional, investimento, investimento e financiamento.
(E) investimento, investimento, financiamento, operacional e financiamento.

49 A Cia Marituba S.A, em 31/12/2024, realiza o teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa (UGC) composta por ativos industriais. No processo do teste de recuperabilidade, foram apurados os seguintes valores para a respectiva UGC:

- Valor justo líquido de despesa de venda: R\$ 4.800.000,00
- Valor em uso: R\$ 5.200.000,00
- Valor contábil da UGC: R\$ 5.500.000,00
- Valor histórico da UGC: R\$ 7.800.000,00

Com base no conceito de valor recuperável definido no CPC 01 (R1), é correto afirmar que o valor recuperável dessa unidade geradora de caixa (UGC) é

- (A) R\$ 3.000.000,00.
(B) R\$ 4.800.000,00.
(C) R\$ 5.200.000,00.
(D) R\$ 5.500.000,00.
(E) R\$ 2.300.000,00.

50 A Cia Brasil Novo S.A comercializa equipamentos eletrônicos com garantia legal de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação. Com base em dados históricos e expectativas atualizadas, a administração estimou, para o exercício social de 2025, os seguintes cenários relacionados aos produtos vendidos:

- 70% dos equipamentos não apresentarão defeitos;
- 20% apresentarão defeitos leves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 900.000,00, caso ocorressem em todos os produtos;
- 10% apresentarão defeitos graves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 3.000.000,00, caso ocorressem em todos os produtos.

Considerando as orientações do CPC 25, especialmente no que se refere à mensuração de provisões quando envolvem grande população de itens, a Cia Brasil Novo S.A. deve reconhecer, em 31/12/2025, uma provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 900.000,00, por representar o custo mais provável de ocorrer, conforme a experiência passada.
(B) R\$ 480.000,00, obtido pela probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.
(C) R\$ 3.000.000,00, por refletir o pior cenário possível de saída de recursos.
(D) R\$ 1.950.000,00, correspondente à média aritmética simples entre os cenários de defeitos leves e graves.
(E) R\$ 0,00, pois nenhum valor deve ser reconhecido, devido à ocorrência de defeitos futuros caracterizar um passivo contingente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA DO TESOUREO ESTADUAL - ADMINISTRAÇÃO

51 No âmbito da organização da Administração Pública brasileira, a Constituição Federal de 1988 e o Decreto-Lei nº 200/1967 estabelecem distinções relevantes entre a Administração Direta e a Administração Indireta, especialmente quanto à natureza jurídica de seus integrantes e ao regime administrativo a que se submetem, de modo que

(A) as entidades compreendidas na Administração Indireta são hierarquicamente subordinadas ao Ministério, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade, sujeitando-se à direção e ao comando direto do órgão supervisor.

(B) as autarquias dependem de autorização legislativa para a sua instituição.

(C) os órgãos integrantes da Administração Direta possuem personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, além de autonomia administrativa.

(D) as fundações públicas integram a Administração Direta, atuando como órgãos desprovidos de personalidade jurídica própria.

(E) as entidades da Administração Indireta são dotadas de personalidade jurídica própria e vinculam-se ao Ministério responsável por sua área de atuação, inexistindo subordinação hierárquica.

52 Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, praticada nessa qualidade, destinada a produzir efeitos jurídicos. No ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 9.784/1999 disciplina o controle desses atos quanto à sua validade, dispondo que

(A) a Administração pode revogar seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, respeitados os direitos adquiridos.

(B) a convalidação de atos administrativos com defeitos sanáveis produz efeitos a partir da decisão administrativa que a formaliza, não alcançando os efeitos anteriormente produzidos pelo ato.

(C) o direito da Administração de anular atos administrativos decai em cinco anos, contados a partir da data em que foram praticados, ainda que sejam desfavoráveis ao destinatário ou tenham sido praticados de má-fé.

(D) os atos administrativos eivados de vício de legalidade devem ser anulados pela Administração quando o vício for insanável, admitindo-se a convalidação apenas nos casos de defeitos sanáveis, desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

(E) os atos administrativos que apresentem vício de finalidade podem ser convalidados pela própria Administração, desde que não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

53 Leia as proposições a seguir:

I. A requisição administrativa pressupõe a ocorrência de iminente perigo público como condição para o uso de propriedade particular pelo Poder Público.

II. Na requisição administrativa, a indenização ao proprietário é devida previamente e independe da ocorrência de dano ao bem objeto da requisição.

III. A requisição administrativa caracteriza-se pelo uso temporário e compulsório de propriedade particular, não implicando a transferência da titularidade do bem ao Poder Público.

IV. A requisição administrativa depende da concordância do proprietário do bem, em razão do caráter excepcional da medida.

O art. 5º, XXV, da Constituição Federal de 1988, disciplina a requisição administrativa como forma de utilização de propriedade particular pelo Poder Público em determinadas situações. Considerando o regime constitucional aplicável à requisição administrativa, estão corretas as proposições

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

54 A Constituição Federal de 1988 disciplina a estabilidade no serviço público, o estágio probatório e os efeitos jurídicos decorrentes do vínculo funcional dos servidores públicos federais. Nesse sentido,

- (A) a estabilidade é adquirida pelo servidor nomeado para cargo de provimento efetivo após três anos de efetivo exercício, condicionada à aprovação em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para esse fim.
- (B) o estágio probatório e a estabilidade constituem um único instituto jurídico, sendo a aprovação no primeiro suficiente para a aquisição definitiva da segunda.
- (C) a reprovação do servidor no estágio probatório enseja a sua demissão, precedida de processo administrativo disciplinar.
- (D) a estabilidade é assegurada aos servidores públicos federais ocupantes de cargos efetivos e de cargos em comissão, após três anos de efetivo exercício.
- (E) o instituto da estabilidade impede a exoneração do servidor público federal, após o cumprimento do prazo constitucional.

55 Nos termos do art. 165, § 8º, da Constituição Federal de 1988, a Lei Orçamentária Anual (LOA) está submetida a limitações quanto ao seu conteúdo, admitindo-se exceções expressamente previstas. Nesse contexto, a LOA

- (A) conterà todas as receitas e despesas da Administração Pública Federal, sendo admitida a inclusão de matérias acessórias necessárias à execução do orçamento.
- (B) disporá diretamente sobre as alterações na legislação tributária.
- (C) admitirá exceções criadas por legislação infraconstitucional, ainda que relacionadas à execução orçamentária.
- (D) não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.
- (E) poderá conter dispositivos necessários à adequada execução das despesas públicas, ainda que não se refiram diretamente à previsão da receita ou à fixação da despesa.

56 À luz do art. 165, § 2º, da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ocupa posição intermediária no processo orçamentário federal, servindo de elo entre o planejamento governamental e a lei orçamentária anual. Considerando esse papel constitucional, a LDO

- (A) estabelece, entre outros aspectos, as diretrizes da política fiscal e as respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
- (B) fixa as dotações orçamentárias e autoriza diretamente a execução das despesas públicas previstas para o exercício financeiro.
- (C) disciplina a política monetária e cambial do Estado, com vistas ao controle inflacionário e à estabilidade do sistema financeiro nacional.
- (D) dispõe sobre a criação, a majoração e a concessão de isenções relativas aos tributos federais, observadas as prioridades da Administração Pública Federal.
- (E) limita diretamente a realização das despesas públicas com o objetivo de assegurar o equilíbrio fiscal ao longo do exercício financeiro.

57 No âmbito do processo orçamentário, a Constituição Federal de 1988 estabelece competências distintas para os Poderes Executivo e Legislativo, bem como etapas sucessivas de elaboração, execução e acompanhamento do orçamento público da União. Diante desse arranjo constitucional,

- (A) a elaboração do orçamento federal é de competência indelegável do Poder Legislativo.
- (B) as emendas parlamentares ao projeto da LOA podem ser aprovadas, desde que indiquem os recursos necessários, ainda que incompatíveis com o Plano Plurianual (PPA) ou a LDO.
- (C) o Poder Executivo deve publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (D) integra o processo legislativo orçamentário a fase de execução do orçamento, que se desenvolve paralelamente à tramitação do projeto da LOA.
- (E) compete à LOA definir as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para o período de vigência do PPA.

58 Na Administração Pública Federal, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Federal (SIOP) exercem funções distintas e complementares no processo orçamentário. Nesse contexto,

(A) o SIAFI processa a execução e o controle orçamentário, financeiro, patrimonial e contábil, a partir dos créditos orçamentários previamente registrados no SIOP, enquanto este atua nas fases de planejamento e elaboração do orçamento público federal.

(B) ao SIAFI cabe disponibilizar o histórico de tributos recolhidos pelos contribuintes, ficando o SIOP responsável pelo acompanhamento e pela avaliação da aplicação dos recursos públicos.

(C) a transparência dos gastos do Governo Federal constitui um dos objetivos do SIAFI, enquanto o SIOP estabelece diretrizes e procedimentos voltados ao acompanhamento da execução orçamentária.

(D) o SIAFI se limita ao controle dos créditos orçamentários autorizados, ficando a administração dos recursos financeiros disponíveis na Conta Única do Tesouro a cargo do SIOP.

(E) o SIAFI contribui para o aprimoramento do processo orçamentário federal, ao passo que o SIOP atua predominantemente na fase de execução do orçamento.

59 No que concerne às receitas públicas, a Lei nº 4.320/1964 estabelece critérios distintos para a sua classificação e para os estágios de sua realização, bem como diferencia os ingressos que integram o orçamento daqueles que possuem natureza meramente transitória. À luz dessas disposições,

(A) no lançamento da receita ocorre o ingresso efetivo dos recursos nos cofres públicos, passando o Estado a dispor financeiramente desses valores.

(B) a receita pública ocorre com o empenho da despesa correspondente.

(C) por se destinarem ao financiamento de investimentos públicos, as receitas provenientes de contribuições são classificadas como receitas de capital.

(D) os valores recebidos a título de cauções constituem receitas orçamentárias, por representarem ingresso de recursos nos cofres públicos.

(E) o lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe é devedora e inscreve o respectivo débito.

60 Tanto a Lei nº 4.320/1964 quanto o Decreto nº 93.872/1986 estabelecem diretrizes aplicáveis aos regimes de adiantamento e de suprimento de fundos, de modo que

(A) as despesas com suprimento de fundos são efetivadas mediante o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), dispensada a retenção de tributos na fonte, em razão da natureza da operação.

(B) não se concede suprimento de fundos a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.

(C) o ordenador de despesa pode conceder suprimento de fundos a servidor declarado em alcance, desde que a concessão se destine a atender necessidade administrativa justificada.

(D) destinar-se a despesas de pequeno vulto ou a situações que exijam pronto pagamento são condições para que o suprimento de fundos possa ser concedido sem prévio empenho.

(E) o suprimento de fundos pode ser concedido a servidor que ainda não tenha prestado contas de adiantamento anterior, desde que o novo suprimento se destine a despesas de caráter sigiloso.

61 Para efeito do encerramento do exercício financeiro, as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, serão consideradas restos a pagar. Conforme a sua natureza, as despesas inscritas em restos a pagar podem ser classificadas como processadas ou não processadas. Para que determinadas despesas empenhadas e não liquidadas possam ser inscritas em restos a pagar, o Decreto nº 93.872/1986, bem como suas alterações posteriores, estabelece que o empenho não liquidado será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando

(A) ainda vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecido, desde que a despesa esteja em fase de execução contratual.

(B) vencido o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, desde que esteja em curso a liquidação da despesa ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação.

(C) vencido o prazo contratual, ainda que não iniciada a liquidação da despesa, desde que mantido o empenho por decisão do ordenador da despesa.

(D) destinar-se a atender transferências diretamente a pessoas físicas.

(E) corresponder a compromissos assumidos em território nacional.

62 Nos termos da Lei nº 4.320/1964, as despesas de exercícios anteriores

(A) configuram despesas empenhadas cujo pagamento foi diferido para exercício subsequente.

(B) dependem de empenho realizado no exercício de origem, como condição para o seu pagamento no exercício subsequente.

(C) correspondem a despesas relativas a exercícios anteriores que não se tenham processado na época própria.

(D) podem ser pagas independentemente de dotação específica consignada no orçamento do exercício subsequente, ainda que se refiram a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício de origem.

(E) abrangem despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício de origem que, por atraso administrativo, não tenham sido pagas até o encerramento do exercício correspondente.

63 A Lei nº 14.133/2021 disciplina as hipóteses de contratação direta pela Administração Pública, estabelecendo pressupostos distintos para a dispensa e para a inexigibilidade de licitação. Nessa perspectiva, a licitação é considerada

(A) dispensável quando inviável a competição e nos casos de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(B) inexigível nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

(C) dispensável quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

(D) dispensável quando inviável a competição e nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

(E) inexigível nos casos em que a contratação tiver por objeto a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras, definidas pelo Ministério da Saúde.

64 No âmbito das modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021, o pregão apresenta características próprias quanto ao objeto, ao critério de julgamento e à sequência procedimental, sendo que

(A) o pregão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

(B) o pregão é adotado se o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

(C) o pregão se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras públicas.

(D) o pregão admite a utilização do modo de disputa aberto, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

(E) o pregão admite os critérios de julgamento de técnica ou de técnica e preço.

65 Considere as proposições a seguir:

I. A Administração Pública pode promover alterações unilaterais nos contratos administrativos que resultem na transfiguração do objeto da contratação.

II. Os contratos administrativos podem ser alterados por acordo entre as partes, quando conveniente a substituição da garantia de execução.

III. Se decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

IV. No caso de alterações unilaterais dos contratos administrativos relativas à reforma de edifício ou de equipamento, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos de até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

Os arts. 124, 125 e 126 da Lei nº 14.133/2021 disciplinam as hipóteses de alteração dos contratos administrativos, estabelecendo regras para as alterações unilaterais promovidas pela Administração e para aquelas realizadas por acordo entre as partes. Considerando o regime jurídico aplicável às alterações contratuais, estão corretas as proposições

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

66 Nos termos do art. 2º, I, do Decreto nº 11.531/2023, os convênios administrativos

- (A) caracterizam-se pela existência de interesses contrapostos entre os partícipes, envolvendo a prestação de serviços mediante remuneração previamente ajustada.
- (B) caracterizam-se como ajustes celebrados para a contratação de obras, serviços ou fornecimentos, com previsão de preço e condições de pagamento entre os partícipes.
- (C) constituem instrumentos por meio dos quais a Administração Pública delega a outro ente ou entidade a prestação de serviços públicos.
- (D) consistem em instrumentos celebrados entre partícipes para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.
- (E) têm por finalidade a execução descentralizada de políticas públicas, exigindo a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

67 A execução financeira compõe o conjunto de atividades desenvolvidas pela Administração Pública ao longo do exercício financeiro, de modo que

- (A) corresponde ao conjunto de atos voltados à autorização da despesa pública, abrangendo as etapas de empenho, liquidação e pagamento.
- (B) consiste no processo de definição prévia de metas financeiras e de alocação de recursos para orientar a execução do orçamento ao longo do exercício.
- (C) tem por finalidade principal o acompanhamento e a fiscalização da aplicação dos recursos financeiros, substituindo a execução orçamentária como instrumento central de controle dos gastos públicos.
- (D) ocorre de forma autônoma em relação ao orçamento, destinando-se exclusivamente à gestão do caixa disponível.
- (E) representa a utilização dos recursos financeiros com vistas ao atendimento e à realização das ações orçamentárias, ajustando o ritmo da execução do orçamento ao fluxo provável de recursos financeiros.

68 O planejamento financeiro no setor público, embora articulado ao processo orçamentário, constitui função administrativa com objetivos e métodos próprios. No que concerne à sua natureza e abrangência, o planejamento financeiro

- (A) confunde-se com a programação financeira, na medida em que sua função precípua é o ajuste mensal entre o cronograma de desembolso e o comportamento efetivo da arrecadação.
- (B) precede e orienta a execução, caracterizando-se como um processo contínuo de análise de viabilidade e definição de estratégias para a captação e aplicação de recursos, visando à sustentabilidade das metas organizacionais.
- (C) restringe-se à dimensão normativa da gestão, assegurando que o fluxo de caixa guarde estrita observância aos limites de empenho e movimentação financeira definidos em decreto.
- (D) atua como um mecanismo de retroalimentação que, ao identificar desvios entre o previsto e o realizado, opera ajustes automáticos nas dotações orçamentárias remanescentes.
- (E) constitui etapa meramente formal de consolidação das demandas setoriais, cuja eficácia é condicionada pela disponibilidade imediata de cotas e repasses financeiros.

69 No contexto da gestão financeira pública, o monitoramento e o controle constituem processos dinâmicos voltados à aderência da execução aos objetivos planejados, de modo que

- (A) o monitoramento financeiro de resultados vincula-se à verificação de conformidade normativa, dessa forma a constatação de desvios entre a execução e o planejamento caracteriza a ilicitude do ato de gestão.
- (B) a análise de variância constitui-se como método de controle ex-post, cuja função precípua é a segregação automática entre desvios de planejamento e falhas de execução, para fins de responsabilização do gestor.
- (C) o processo de ajuste e correção financeira deve ser fundamentado nos resultados do monitoramento, atuando tanto na correção de desvios verificados quanto na revisão das premissas que nortearão o planejamento dos períodos subsequentes.
- (D) a eficácia dos métodos de monitoramento é atestada pela estabilidade do planejamento original, sendo a necessidade de correções e ajustes o indicativo de insuficiência técnica na fase de diagnóstico financeiro.
- (E) as ações de correção financeira possuem natureza instrumental e reativa, destinando-se a reconduzir o fluxo de caixa aos limites orçamentários sem o poder de alterar as prioridades de alocação da unidade.

70 Considere o texto e proposições a seguir:

"De acordo com a ISO 31000:2018, o risco é definido como o efeito das incertezas nos objetivos da organização. [...] Os riscos podem ser divididos em riscos de origem financeira [...] e riscos organizacionais [...] e têm diferentes dimensões de impacto, como impacto financeiro, reputacional (ou de imagem) e de negócios."

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Gestão Integrada de Riscos*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <bcbr.gov.br>. Acesso em: 9 jan. 2026.

- I. A gestão dos riscos financeiros concentra-se nos ativos e nos passivos que compõem o balanço patrimonial da instituição, considerando as dimensões de risco de mercado, de crédito e de liquidez.
- II. A identificação e a mensuração dos riscos financeiros conduzem à adoção de estratégias de mitigação, não se admitindo a aceitação do risco como forma de tratamento.
- III. Os Planos de Mitigação de Riscos (PMRs) formalizam as ações necessárias para mitigar, evitar ou transferir riscos cuja priorização, resultante da metodologia de identificação e de avaliação, indique a necessidade de tratamento.
- IV. O monitoramento dos riscos permite o acompanhamento diário das exposições a riscos financeiros e operacionais, bem como o relato tempestivo de quebras de limites de operação e das medidas adotadas para sua solução, subsidiando a elaboração de relatórios destinados às áreas de negócio e ao Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC).

Considerando as práticas de gestão de riscos financeiros adotadas no âmbito institucional, estão corretas as proposições

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

71 Em organizações complexas e de grande porte, o planejamento estratégico costuma assumir a forma de um processo articulado, que orienta decisões relevantes e influencia diretamente as ações dos seus gestores. Nesse sentido, a coerência entre formulação e implementação depende de um encadeamento lógico no qual

- (A) as metas operacionais são estabelecidas antes das diretrizes estratégicas, permitindo que a experiência prática das áreas executoras conduza a definição da missão e da visão.
- (B) as estratégias são definidas de maneira autônoma, sendo a análise do ambiente utilizada apenas para validar decisões já consolidadas pela alta gestão.
- (C) as diretrizes estratégicas são elaboradas em interação com o diagnóstico do ambiente interno e externo, orientando a definição de objetivos, escolhas estratégicas e seu desdobramento para os níveis tático e operacional.
- (D) os mecanismos de controle e monitoramento antecedem a formulação dos objetivos, de modo que a execução estratégica determine, posteriormente, as prioridades institucionais.
- (E) o planejamento estratégico restringe-se à definição de intenções gerais de longo prazo, permanecendo deliberadamente separado das ações de implementação, para preservar a flexibilidade decisória.

72 Mesmo quando o planejamento estratégico é tecnicamente bem formulado, é possível que determinadas dificuldades afetem a sua implementação e comprometam o alcance dos resultados almejados. A literatura de Administração reconhece amplamente que um problema vivenciado durante essa etapa consiste em

- (A) converter as diretrizes estratégicas em objetivos, metas e iniciativas distribuídas entre os diferentes níveis da organização.
- (B) alinhar os instrumentos de acompanhamento e avaliação aos objetivos estratégicos previamente definidos.
- (C) reduzir a implementação a uma atividade essencialmente operacional, dissociada das decisões estratégicas e da alocação de recursos organizacionais.
- (D) comunicar de forma sistemática as prioridades estratégicas, buscando o engajamento das unidades responsáveis por sua execução.
- (E) estruturar mecanismos de coordenação entre áreas interdependentes, visando minimizar conflitos e sobreposições durante a execução.

73 Ao realizar o planejamento estratégico de uma organização de grande porte, os seus gestores precisam considerar que

- (A) processos internos que demandam aprimoramento imediato constituem uma ameaça para o alcance dos objetivos organizacionais.
- (B) a visão de uma organização costuma diferir radicalmente da sua missão, pois enfoca ambições institucionais que não se alteram ao longo do tempo.
- (C) a matriz GUT pode amparar decisões importantes durante o planejamento, em especial, pela ênfase dada à temporalidade dos processos, conforme designa a letra “U” do acrônimo.
- (D) após a implementação, o planejamento estratégico demanda, obrigatoriamente, uma revisão a cada trimestre, garantindo o acompanhamento integral dos objetivos e das metas definidas pelas áreas funcionais.
- (E) a performance financeira da organização depende diretamente do quão o seu planejamento foi integralmente implementado.

74 Ao avaliar sua posição competitiva, uma empresa do setor de siderurgia, caracterizado por elevados investimentos fixos, produtos amplamente padronizados e forte sensibilidade a preços, decidiu estruturar sua atuação com base na maximização da eficiência produtiva, na utilização intensiva da capacidade instalada e no controle rigoroso dos custos, ao longo de toda a cadeia de valor. Essa escolha estratégica foi acompanhada da decisão de evitar customizações excessivas e de concentrar esforços em volumes elevados de produção. Considerando o referencial analítico desenvolvido por Michael Porter, bem como a interação entre estratégia genérica e forças competitivas do setor, essa orientação estratégica tende a

- (A) reduzir a rivalidade entre concorrentes diretos, ao deslocar a competição para atributos não relacionados a preço, ao mesmo tempo em que amplia o poder de barganha dos compradores industriais.
- (B) mitigar os efeitos da rivalidade baseada em preços e da ameaça de produtos substitutos, mas aumentar a vulnerabilidade da empresa, diante do poder de barganha dos fornecedores de insumos estratégicos.
- (C) fortalecer a posição da empresa frente à rivalidade intensa e ao poder de barganha dos compradores, ainda que a exponha ao risco de que inovações tecnológicas ou mudanças no processo produtivo alterem a estrutura de custos do setor.
- (D) eliminar de forma concomitante a ameaça de novos entrantes e o poder de barganha dos compradores, desde que a empresa mantenha elevados níveis de padronização e diferenciação percebida.
- (E) ampliar a capacidade da empresa de capturar valor por meio da diferenciação do produto, permitindo a prática de preços superiores e reduzindo a pressão competitiva exercida por concorrentes estabelecidos.

75 Em redes interorganizacionais caracterizadas por relações de forte interdependência, pela ausência de hierarquia formal e pela necessidade de uma coordenação entre os atores, se reconhece amplamente a importância da cooperação e do alinhamento entre as partes envolvidas. Nesse contexto, a atuação conjunta tende a ser fortalecida quando

- (A) uma única organização detém as rédeas do controle e concentra a responsabilidade pelas decisões mais estratégicas, como reduzir conflitos e padronizar comportamentos.
- (B) há diferentes mecanismos de controle burocrático vertical, garantindo previsibilidade aos relacionamentos interorganizacionais e elevando a efetividade da atuação conjunta.
- (C) os participantes resguardam plenamente a sua autonomia decisória, sem assumir qualquer compromisso que limite ou dificulte o alcance dos seus interesses organizacionais específicos.
- (D) consegue-se construir confiança entre os participantes, definir claramente os papéis de cada organização, pactuar objetivos comuns e compartilhar informações relevantes.
- (E) a coordenação da rede está calcada unicamente no uso de contratos formais, capazes de promover o alinhamento imediato de comportamentos, sanções e incentivos entre as partes envolvidas.

76 No exercício das funções administrativas, os gestores lidam com situações decisórias que variam quanto ao grau de estruturação, previsibilidade e necessidade de julgamento analítico. Em determinadas circunstâncias, as decisões envolvem problemas inéditos, informações incompletas e múltiplas interpretações possíveis; em outras, referem-se a situações recorrentes, para as quais existem procedimentos previamente estabelecidos. Sob a ótica da teoria administrativa, essas decisões caracterizam-se, respectivamente, como

- (A) estratégicas e operacionais, em razão do impacto distinto que produzem sobre os resultados organizacionais.
- (B) racionais e intuitivas, em função do volume de informações disponíveis no momento da escolha.
- (C) arriscadas e seguras, considerando-se a previsibilidade dos resultados associados a cada alternativa.
- (D) não programadas e programadas, em virtude do grau de estruturação e repetitividade dos problemas enfrentados.
- (E) políticas e técnicas, dado o nível de conflito de interesses presente no processo decisório.

77 Em resposta aos desafios enfrentados na contemporaneidade, muitas organizações têm adotado configurações estruturais que privilegiam a interdependência sistêmica e a permeabilidade de suas fronteiras, em detrimento da verticalidade hierárquica. Essa arquitetura organizacional, focada em fluxos de cooperação e parcerias externas, define-se como uma Estrutura

- (A) Matricial, baseada na dualidade de comando e especialização técnica.
- (B) Linear, pautada pela unidade de comando e cadeias de autoridade escalares.
- (C) Divisional, orientada pela autonomia de unidades baseadas em produtos ou clientes.
- (D) Funcional, centrada na padronização e na supervisão direta por funções.
- (E) em Rede, caracterizada por relações horizontais e redução do controle centralizado.

78 Após a sua nomeação para a liderança de uma organização pública de elevado grau de complexidade, um administrador começou a observar que os funcionários adotavam determinados padrões de interpretação de problemas, de tomada de decisões e de gestão das interações internas. Apesar de não estarem devidamente formalizados em normas ou manuais, os padrões em questão pareciam ter sido desenvolvidos ao longo do tempo, revelando-se eficazes na superação de diferentes desafios. Não à toa, esses padrões acabaram por ser transmitidos aos novos elementos da organização, estabelecendo-se como referências legítimas de comportamento e julgamento. Em consonância com a perspectiva teórica da cultura organizacional, esta constatação reforça que a cultura de uma organização

- (A) constitui um conjunto de percepções individuais transitórias, fortemente influenciadas por fatores conjunturais e associadas ao clima organizacional vigente.
- (B) corresponde a padrões coletivos aprendidos e validados socialmente, relacionados à adaptação externa e à integração interna, que orientam a forma como os membros percebem, pensam e agem na organização.
- (C) se expressa apenas por meio de símbolos, rituais e artefatos visíveis, sem influência direta sobre processos decisórios e rotinas de trabalho.
- (D) se confunde com o clima organizacional, pois ambos refletem percepções momentâneas dos indivíduos sobre práticas e rotinas administrativas.
- (E) resulta da consolidação de regras e procedimentos formais, responsáveis por assegurar previsibilidade e padronização do comportamento organizacional.

79 Ao reconhecer a importância das organizações na construção de uma sociedade mais justa e sustentável, muitos gestores têm revisto a forma como o desempenho organizacional é definido e acompanhado, incorporando, de modo cada vez mais explícito, indicadores relacionados aos impactos sociais e ambientais. Ao adotar essa perspectiva multidimensional, as organizações visam

- (A) à substituição gradual dos indicadores financeiros por métricas socioambientais, assegurando uma avaliação mais abrangente do desempenho organizacional.
- (B) ao alinhamento entre objetivos estratégicos, processos decisórios e acompanhamento de resultados, permitindo que impactos econômicos, sociais e ambientais sejam considerados de forma integrada.
- (C) à superação automática de conflitos entre metas econômicas e compromissos socioambientais, visto que a mensuração conjunta dessas dimensões conduz a decisões convergentes.
- (D) à padronização dos critérios de avaliação de desempenho, diminuindo a necessidade de escolhas gerenciais quanto à seleção e ao uso dos indicadores.
- (E) à garantia de melhoria contínua do desempenho organizacional e da sustentabilidade, independentemente da qualidade e do uso gerencial dos indicadores adotados.

80 O conhecimento produzido sobre gestão da qualidade consolidou diversas escolas de pensamento sobre a temática, com diferentes autores e abordagens que ampliaram a compreensão do papel da qualidade nas organizações. Considerando essas contribuições, a perspectiva que associa a qualidade à adequação ao uso, enfatizando a necessidade de planejamento, controle e melhoria de forma integrada, está relacionada à abordagem segundo a qual a qualidade

- (A) deve ser entendida como conformidade estrita a requisitos previamente estabelecidos, sendo os custos da não qualidade decorrentes principalmente de falhas internas.
- (B) pressupõe a redução da variabilidade através do controle estatístico, visando ao estado de controle econômico dos processos produtivos.
- (C) concentra-se no design robusto e na função perda, priorizando a minimização do desvio em relação ao valor alvo do projeto.
- (D) deve ser articulada como uma função gerencial sistêmica, na qual o planejamento da qualidade identifica as necessidades dos clientes para converter em requisitos de produto e processo.
- (E) limita-se ao controle de qualidade total (TQC), cuja responsabilidade técnica é delegada exclusivamente às células operacionais de manufatura.

81 No contexto da gestão da qualidade, diferentes ferramentas são empregadas com finalidades distintas, variando conforme o objetivo seja analisar causas, priorizar problemas ou estruturar ações corretivas. Ao se deparar com a necessidade de investigar fatores que contribuem para a ocorrência de não conformidades em um processo, a utilização adequada das ferramentas da qualidade pressupõe, prioritariamente, que

- (A) o ciclo PDCA seja empregado prioritariamente como instrumento de identificação das causas dos problemas, antecedendo a análise dos processos envolvidos.
- (B) o diagrama de Ishikawa seja utilizado para organizar e relacionar possíveis causas de um problema, favorecendo uma análise sistemática antes da definição de ações.
- (C) a ferramenta 5W2H substitua métodos de análise, permitindo identificar, de forma direta, as origens das falhas observadas.
- (D) o gráfico de Pareto seja aplicado para detalhar relações de causa e efeito, evidenciando interdependências entre variáveis do processo.
- (E) o fluxograma seja suficiente para priorizar problemas críticos, dispensando a necessidade de coleta e análise de dados quantitativos.

82 A incorporação dos princípios da gestão da qualidade ao setor público exige adaptações que considerem as especificidades institucionais, normativas e sociais desse contexto. Sob essa perspectiva, a aplicação consistente da gestão da qualidade em organizações públicas tende a se materializar quando os princípios da qualidade são incorporados à gestão organizacional, de modo que

- (A) os princípios e práticas oriundos do setor privado são adotados de forma integral, independentemente das restrições legais e institucionais existentes.
- (B) a qualidade é compreendida exclusivamente como a ampliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, ainda que isso implique elevação de custos e redução da eficiência.
- (C) os esforços de melhoria concentram-se na certificação de processos, tratando a qualidade como um fim em si mesma e dissociada dos resultados institucionais.
- (D) a gestão da qualidade é orientada para a melhoria de processos e serviços, conciliando foco no cidadão, eficiência administrativa, transparência e responsabilidade institucional.
- (E) a avaliação da qualidade se limita ao cumprimento formal de normas e procedimentos, assegurando a legalidade das ações, independentemente dos resultados alcançados.

83 No processo de elaboração, análise e avaliação de projetos, a tomada de decisão quanto à sua viabilidade exige a consideração integrada de aspectos técnicos, econômicos e institucionais, de modo a reduzir incertezas e orientar a alocação de recursos. Nessa perspectiva, a avaliação de um projeto tende a ser mais consistente quando

- (A) a análise financeira é suficiente para decidir sobre a execução do projeto, independentemente de seus impactos operacionais e institucionais.
- (B) a viabilidade técnica do projeto garante, por si só, sua sustentabilidade econômica e sua aderência aos objetivos organizacionais.
- (C) a decisão é orientada prioritariamente por estimativas de retorno financeiro, ainda que os pressupostos do projeto não estejam claramente definidos.
- (D) os critérios de avaliação concentram-se exclusivamente na comparação entre alternativas de investimento de curto prazo.
- (E) além dos aspectos técnicos, econômicos e institucionais, são examinados, de forma articulada, os custos, os benefícios esperados, os riscos envolvidos e a coerência do projeto com as estratégias da organização.

84 A adoção de diferentes modelos de gestão de projetos reflete a necessidade de adequar práticas de planejamento, execução e controle às características do ambiente e do próprio projeto. Considerando as principais abordagens de gestão de projetos, um elemento distintivo frequentemente associado aos modelos contemporâneos em relação aos modelos tradicionais consiste no fato de que aqueles tendem a

- (A) eliminar a necessidade de planejamento formal, privilegiando exclusivamente a adaptação contínua durante a execução.
- (B) substituir o controle de escopo, prazo e custo por mecanismos informais de coordenação entre os envolvidos.
- (C) valorizar ciclos iterativos de planejamento e entrega, incorporando maior flexibilidade para lidar com mudanças e incertezas ao longo do projeto.
- (D) concentrar a tomada de decisão na alta administração, reduzindo a autonomia das equipes responsáveis pela execução.
- (E) prescindir de definição prévia de objetivos, permitindo que estes sejam estabelecidos apenas ao final do projeto.

85 Embora os projetos apresentem características singulares, a literatura de gestão de projetos reconhece a existência de etapas que estruturam seu ciclo de vida, desde a concepção até o encerramento. Sob essa ótica, considerando a abordagem clássica do ciclo de vida de projetos, a adequada condução de um projeto pressupõe que

- (A) as atividades de monitoramento e controle sejam concentradas apenas na fase final, quando os resultados já podem ser comparados aos objetivos iniciais.
- (B) o encerramento do projeto se confunda com a conclusão das entregas, dispensando avaliações formais e registros de lições aprendidas.
- (C) o planejamento seja uma etapa pontual, realizada no início do projeto, sem necessidade de revisões ao longo de sua execução.
- (D) a iniciação, o planejamento, a execução, o monitoramento e o encerramento sejam conduzidos de forma integrada, com ajustes contínuos conforme o avanço do projeto.
- (E) a execução anteceda a definição clara do escopo, permitindo maior flexibilidade na condução das atividades.

86 Na evolução do pensamento administrativo, no início do século XX, uma série de mudanças levou ao surgimento da Escola Clássica de Administração. Considerando dois pensadores dessa escola, Frederik Winslow Taylor e Henri Fayol, analisem-se as afirmativas abaixo, quanto às diferenças e semelhanças entre suas teorias:

- I. Taylor concentrava-se na estrutura organizacional e Fayol na compreensão das tarefas.
- II. Taylor analisava a organização na perspectiva de baixo para cima e Fayol de cima para baixo.
- III. Taylor e Fayol basearam-se em organizações industriais para sustentar suas teorias.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

87 O gerencialismo surgiu como resposta às mudanças na ordem social, em consequência da evolução tecnológica, globalização, necessidade de reduzir custos e busca por maior eficiência na administração pública. Assim, foi adotada uma cultura gerencial nas organizações públicas que, via de regra, incorporou técnicas da administração privada. Nessa perspectiva, o gerencialismo evoluiu em três fases sequenciais e consecutivas. Considerando esse aspecto, a alternativa em que há uma correta sequência da evolução histórica dessas três fases, iniciando na mais antiga e terminando na mais recente, é:

- (A) Orientação para o Serviço Público, Gerencialismo Puro e Consumerismo.
- (B) Consumerismo, Orientação para o Serviço Público e Gerencialismo Puro.
- (C) Gerencialismo Puro, Consumerismo e Orientação para o Serviço Público.
- (D) Orientação para o Serviço Público, Consumerismo, Gerencialismo Puro.
- (E) Gerencialismo Puro, Orientação para o Serviço Público e Consumerismo.

88 A relação entre Estado e Sociedade mudou muito com o passar do tempo, com profundas mudanças no processo de evolução entre os modelos patrimonialista e gerencial. Considerando as mudanças introduzidas pelo gerencialismo, analisem-se as informações abaixo, referentes aos procedimentos que tipificariam a fase identificada como gerencialismo puro:

- I. Adoção do modelo contratualista e preocupação com o gasto público.
- II. Foco na transparência pública e introdução da perspectiva da qualidade.
- III. Valorização dos princípios de equidade e cidadania na sociedade.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

89 Na administração pública, diferentemente da compreensão na empresa privada, a gestão empreendedora não é compreendida como uma forma de geração de lucro, mas como um modo de promover eficiência e criar valor para a Sociedade. Sustentados na inovação, criatividade e novas combinações de recursos, analisem-se os itens abaixo que dificultariam a plenitude do empreendedorismo na administração pública e expressariam barreiras estruturais, em comparação com a administração privada:

- I. Princípio da legalidade, porque na administração pública só cabe a execução do que está explicitamente previsto nas normas legais, aspecto que cerceia a capacidade de inovação do Estado.
- II. Limitações financeiras e orçamentárias que, por falta de recursos ou excessiva rigidez, restringem projetos inovadores.
- III. O foco em resultados, que pressiona o imediato atendimento das necessidades sociais e limita iniciativas inovadoras.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

90 As organizações buscam vantagem competitiva, oferecendo valor superior aos clientes. Nessa perspectiva, avalie as sentenças abaixo, com base nas estratégias genéricas:

- I. Diferenciação: buscar posição competitiva única no mercado, adotando liderança em custos quando necessário para se diferenciar dos concorrentes.
- II. Liderança em custos: oferecer produtos ou serviços com preços inferiores aos praticados pela concorrência.
- III. Foco: concentrar-se em um mercado específico, linha de produto ou grupo de cliente, dominando o segmento ou nicho por diferenciação ou liderança em custos.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

91 Motivação expressa um conjunto de forças psicológicas que determinam o esforço e a direção do comportamento humano. Compreender aspectos motivacionais é central para desenvolver equipes de alto desempenho e facilitar a obtenção dos objetivos organizacionais. Com base nessa compreensão, diversas teorias foram desenvolvidas para compreender aspectos motivacionais nas organizações. Dentre essas teorias, a que compreende que é possível alcançar o máximo do desempenho humano, fazendo com que as pessoas busquem permanentemente objetivos específicos e difíceis de alcançar é identificada como teoria de

- (A) Autorreforço.
- (B) Necessidades.
- (C) Equidade.
- (D) Metas.
- (E) Expectativa.

92 A estrutura funcional expressa um sistema de relacionamentos necessários ao adequado funcionamento organizacional. Quando a estrutura é organizada com foco simultâneo na integração entre pessoas e recursos (resultados), considerando tanto funções quanto produtos, se está diante da departamentalização identificada como

- (A) Funcional.
- (B) Matricial.
- (C) Divisional.
- (D) Projeto.
- (E) Mercado.

93 A tomada de decisões é um processo pelo qual indivíduos e organizações escolhem um curso de ação para alcançar objetivos não atingidos. Considerando esses aspectos, avalie as sentenças abaixo, à luz dos modelos racional e da racionalidade limitada:

- I. O modelo da racionalidade limitada busca otimizar a decisão, por meio da melhor alternativa possível, enquanto o modelo da decisão racional busca a primeira opção que atenda a critérios mínimos, mesmo que considerada subótima.
- II. Em situações de incerteza, com alto risco e decisões não programadas, recomenda-se o modelo de racionalidade limitada; já em situações programadas com menor incerteza, o modelo racional é mais adequado.
- III. A maioria das decisões organizacionais é tomada sob condição de incerteza. Contudo, essa condição pode ser eliminada com maior disponibilidade de informações e decisões grupais.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

94 Considerando os conceitos, funções e processos relacionados à análise e descrição de cargos, avalie as afirmativas abaixo:

- I. As especificações dos cargos são reunidas em um documento que define tarefas, responsabilidades e funções do cargo, incluindo aspectos como conhecimentos, habilidades, atitudes e experiências esperadas dos ocupantes do cargo.
- II. As descrições dos cargos são reunidas em um documento que identifica conhecimentos, habilidades, atitudes e experiências esperadas dos ocupantes do cargo, sem substituir as especificações do cargo.
- III. A análise do cargo é parte do processo de planejamento de recursos humanos e serve de base tanto para a seleção de funcionários quanto para processos de treinamento, remuneração e avaliação de desempenho.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

95 Considerando a moderna conceituação de treinamento e desenvolvimento no âmbito da gestão de pessoas, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Treinamento busca promover aprendizagem, capacitando os integrantes da organização com os conhecimentos necessários ao exercício pleno dos cargos que exercem.
- II. Desenvolvimento tem como função básica a construção do conhecimento e aprimoramento de qualificações aos integrantes da organização, visando futuras responsabilidades e desafios.
- III. Treinamento e desenvolvimento são atividades distintas, destinadas exclusivamente a trabalhadores que exercem cargos com diferentes níveis de complexidades.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

96 Diversas técnicas de seleção são utilizadas para escolher o candidato mais adequado para o cargo e a organização. Dentre essas técnicas, destacam-se as vivenciais. Reconhecidas por exigirem interação e participação ativa, as técnicas vivenciais envolvem situações que reduzem a possibilidade de controle por parte do candidato, evidenciando respostas mais espontâneas e visíveis. Considerando aquelas que corresponderiam a técnicas vivenciais, analisem-se as opções abaixo:

- I. Provas situacionais.
- II. Dinâmicas de grupo.
- III. Testes psicológicos.
- IV. Psicodrama.

São verdadeiras as alternativas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

97 No contexto contemporâneo da gestão de carreira, considere os conceitos de *mentoring*, *coaching* executivo e aconselhamento de carreira. Baseado nestes conceitos, avalie as afirmativas a seguir:

- I. *Mentoring* consiste no apoio de profissionais mais experientes para aprimoramento da identidade profissional ou desenvolvimento de profissionais menos experientes, sendo indicado para o aperfeiçoamento de competências de longo prazo.
- II. *Coaching* executivo, direcionado a profissionais em desenvolvimento ou transição de carreira, trabalha no apoio emocional, na dissonância em casos de ruptura de carreira, demissão ou dificuldade de reposicionamento profissional.
- III. Aconselhamento de carreira é indicado para profissionais maduros e consolidados na carreira que buscam melhorar performance, rendimento profissional ou decisões. Identifica pontos fortes e contribui para o reconhecimento pessoal de formas para aprimorar o próprio desempenho.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

98 Com base na conceituação e nos efeitos da alavancagem operacional e financeira, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Quando o resultado da divisão entre a variação percentual do Lucro Líquido e a variação percentual do Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda (LAJIR) resulta em valor menor que 1, é possível afirmar que o Grau de Alavancagem Financeira (GAF) está contribuindo positivamente para a lucratividade.
- II. Compreender o Grau de Alavancagem Operacional (GAO) e Grau de Alavancagem Financeira (GAF) é útil para compreender a sensibilidade do lucro.
- III. Quando o resultado da divisão entre a variação percentual do Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda (LAJIR) e a variação percentual do Volume de Vendas resulta em 1, o Grau de Alavancagem Operacional (GAO) indica que a estrutura de custos da empresa é predominantemente variável.

É (são) verdadeira(s) a(s) alternativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III, apenas.

99 Entre os indicadores financeiros mais utilizados, a liquidez é representada por coeficientes e expressa a capacidade de uma empresa em saldar suas obrigações monetárias. Considerando as formas de avaliar a liquidez organizacional tanto na perspectiva conceitual quanto de curtos e longos prazos, avalie as sentenças abaixo:

- I. Liquidez corrente se relaciona com a capacidade da empresa em pagar seus compromissos de curto prazo.
- II. Liquidez geral se relaciona com a capacidade da empresa em pagar compromissos de longo prazo envolvendo ativo realizável a longo prazo e o passivo exigível a longo prazo.
- III. Liquidez imediata se relaciona com a capacidade da empresa em pagar seus compromissos de curto prazo, considerando apenas os recursos disponíveis em caixa.
- IV. Liquidez seca se relaciona com a capacidade da empresa em pagar seus compromissos sem considerar os valores de estoques.

São verdadeiras as alternativas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

100 As demonstrações financeiras são o produto da contabilidade financeira. Entre elas, aquela que resume os ativos (caixa, estoques, instalações e equipamentos), os passivos (dívidas com bancos, impostos e fornecedores) e o patrimônio líquido dos acionistas (valor residual) é denominada

- (A) Demonstração de Fluxo de Caixa.
- (B) Demonstração de Resultados do Exercício.
- (C) Balanço Patrimonial.
- (D) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (E) Notas explicativas.